

*ATAS DO II ENCONTRO NACIONAL DO
GRUPO DE ESTUDOS DE LINGUAGEM
DO CENTRO-OESTE:
INTEGRAÇÃO LINGÜÍSTICA, ÉTNICA E SOCIAL*

*Denize Elena Garcia da Silva
(Organizadora)*

Brasília

2004

Componentes da Diretoria do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste
GELCO

Presidente

Denize Elena Garcia da Silva (UnB)

Vice-Presidente

Maria Zaira Turchi (UFG)

Primeira Secretária

Gláucia Muniz Proença Lara (UFMS)

Segunda Secretária

Hilda Orquídea Hartman Lontra (UnB)

Primeiro Tesoureiro

Manoel Mourivaldo de Almeida (UFMT)

Segunda Tesoureira

Maria Raquel Galán (ULBRA/TO)

E56	<p>Encontro nacional do grupo de estudos de linguagem do Centro-Oeste: integração linguística, étnica e social (2. 2003 : Goiânia)</p> <p>Atas do II encontro nacional do grupo de estudos de linguagem do Centro-Oeste: integração linguística, étnica e social / Denize Elena Garcia da Silva / (organizadora). — Brasília : Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2004. 3v.</p> <p>1. Linguística-Centro-Oeste. 2. Linguística-conferência. 3. Linguística aplicada. 4. Literatura. I. Silva, Denize Elena Garcia da. II. Título.</p> <p>CDU 801(817)(061.3)</p>
-----	--

Endereço para correspondência:

Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste – **GELCO**

UnB – IL – LIV

Campus Universitário Darcy Ribeiro – ICC Norte, subsolo, módulo 20

CEP 70910-900 – Brasília – DF

CONFERÊNCIA INAUGURAL: LÍNGUAS INDÍGENAS AMEAÇADAS: DOCUMENTAÇÃO, TIPOLOGIAS SOCIOLINGÜÍSTICAS, EDUCAÇÃO ESCOLAR

Silvia Lucia Bigonjal Braggio (UFG)¹

Abstract: The extinction and death of indigenous languages is a well known fact. By being considered a dramatic loss to humanity this article discuss why those languages are disappearing and the role the studies of their documentation, sociolinguistic typologies and school education can play in this process.

Indigenous languages; language death; linguistics and sociolinguistics; school education.

Em *Cidades Invisíveis* do pensador e escritor Italo Calvino, Marco Polo, viajante italiano, descreve uma ponte a Kublai Khan, imperador mongol (1990: 79):

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

_ Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? _ pergunta Kublai Khan.

A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra _ responde Marco _ , mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:

_ Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.

Polo responde:

_ Sem pedras o arco não existe.

A metáfora de Calvino, em minha interpretação, tem tudo a ver com a questão das línguas indígenas ameaçadas de extinção, entre elas, as brasileiras, que estão, nos últimos 20 anos perdendo-se a uma velocidade nunca antes vista, caso atestado por McLaughlin (2001), entre os Navajo, ou Diné, como eles se auto-denominam, língua considerada “safe”/salva, por Ken Hale, por possuir mais de 100.000 falantes nos anos 80, e que hoje, em apenas uma geração, não está mais sendo adquirida pela maioria das crianças como primeira língua, deslocada violentamente pelo Inglês. Em muitas escolas o Navajo está sendo ensinado como segunda língua. Os motivos que estão levando essas línguas à extinção, onde quer que existam línguas indígenas, apesar da resistência dos povos indígenas são, de meu ponto de vista, políticos, econômicos e ideológicos os quais, aglutinados, acabam por atingir o cerne de línguas e culturas indígenas. São motivos de quem tem mais poder para construir ou desconstruir um arco.

Ao elencar esses motivos espero que fique claro o que estou aqui afirmando.

A primeira razão apontada para o desaparecimento de uma língua é a extinção de seu povo. Isso aconteceu de forma drástica para os povos indígenas de todas as Américas durante o período da *colonização*. Nesse cenário, seus povos foram erradicados pela destruição de seu habitat, pela fome, pelas doenças trazidas pelos europeus e pela escravização, pois “as redes sociais que dão suporte às pessoas deixam de existir” (Nettle e Romaine, 2000:90). No caso do Brasil estima-se que havia aqui nessa época por volta de 1.175 línguas faladas por 6.000.000 de indígenas de várias etnias (Rodrigues, 1993). Temos hoje de 160 a 180 línguas indígenas e 216 etnias, sendo que 12 dessas etnias estão em perigo de extinção (Ricardo, 2001). A configuração da distribuição geográfica e demográfica das línguas indígenas no Brasil hoje, em parte, foi gerada nessa época. As regiões mais despovoadas de povos indígenas que falam suas línguas são exatamente aquelas que sofreram mais com o processo de colonização. A região mais povoada por eles é a Região Norte

compreendendo o que se convencionou chamar de Amazônia Legal, constituída pelos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão.

¹ Este artigo é dedicado ao Professor Aryan D. Rodrigues, meu Mestre sempre. Faz parte do *Projeto Línguas Indígenas Ameaçadas: documentação (análise e descrição) e tipologias sociolingüísticas*, financiado pelo CNPq, processo 501337/2003-2, interstitucional com a UnB, do qual sou coordenadora e pesquisadora.

Embora haja povos indígenas em quase todos os estados do Brasil e em todas as regiões o número de pessoas por grupo é bastante baixo. Somente sete línguas têm mais de 10.000 pessoas. O número de línguas com menos de 101 pessoas perfaz quase 1/3 do total de línguas. Do ponto de vista de Rodrigues (1993a) estas últimas são as mais ameaçadas de extinção o que é corroborado por Nettle & Romaine (2000: 41) quando afirmam que “embora línguas com pequeno grupo de falantes estejam sobrevivendo, as línguas com reduzido número de falantes podem desaparecer muito mais rápido do que as que têm maior número de falantes, porque as pequenas comunidades têm menos resistência às forças tecnológicas e socioeconômicas”. Dessa forma, *o tamanho do grupo* pode ser um forte fator para o desaparecimento de uma língua indígena.

É óbvio que a extinção de um povo significa a extinção de uma língua. Para os grupos que sobreviveram, outros fatores têm contribuído para a perda de suas línguas. De acordo com Adelaar (1991,1998) uma das razões para muitas línguas indígenas sul-americanas deixarem de existir foi o *avanço das línguas coloniais* em detrimento daquelas. Hare (1999) aponta que as nações colonizadoras levaram suas línguas às mais distantes regiões impondo-as como meio de comunicação obrigatório, causando a destruição das línguas de muitas comunidades indígenas. Também apóiam essa afirmação Cuarón e Lastra (1991) para as línguas indígenas do México, Herzfeld & Lastra (1999) para outras línguas nativas nas Américas e Stephen Baines no caso do Canadá. No Brasil, para tanto, concorreu a *política assimilacionista /integracionista* que se implantou no país desde aquela época e só mais recentemente, com a Constituição de 1988, abre um espaço de diálogo com os povos indígenas (Coelho dos Santos, 1995). Para a política assimilacionista, as línguas e culturas indígenas eram vistas como obstáculos que deveriam ser eliminados a fim de que o indígena pudesse ser mais facilmente assimilado e, alienado, servir de mão de obra barata. A *educação escolar* para os povos indígenas brasileiros desempenhou um importante papel nesse processo desde a época da colonização, como parte das políticas governamentais para os povos indígenas, no caso das línguas, de “bilingüismo subtrativo”. A obrigatoriedade do ensino fundamental em Português *somente* foi, durante muito tempo, desastrosa para os povos indígenas. Outra razão apontada para a perda das línguas é a *globalização* (Krauss, 1996; Ávila,1999), com seu poder de homogeneizar e tornar igual o que é diferente, de anular a alteridade. Nesse vendaval de mudanças que tem ocorrido no último século inúmeras línguas se perderam e calcula-se que entre vinte e cinquenta por cento das 6.000 línguas existentes no mundo não são mais faladas pelas crianças como sua primeira língua (Krauss, 1996). Oprimidos, pressionados e desprestigiados e sofrendo de forte *preconceito e estigmatização* com relação à sua língua e cultura pela sociedade dominante, os povos indígenas *deixam de passar suas línguas para as próximas gerações*, o que implica na “internalização de estereótipos de que é vítima...[levando]... a conflitos de identidade e a uma **atitude** negativa com a língua...[culminando]... no abandono da mesma” (Seki, 1984:7; meu grifo). Está aí instalada uma situação de *diglossia* conflituosa, de contato inter-étnico de fricção (Cardoso de Oliveira, 1978) com o deslocamento da língua indígena pela língua dominante de prestígio. Nesse processo de perda, a língua vai ficando restrita a alguns falantes, geralmente os das gerações mais velhas. Decorrente desta, ocorre o que Albó denomina *atrofiação* da língua (Albó, 1999). Nesse sentido, todas as áreas da língua são atingidas, pois acredita-se que mudanças funcionais nos diferentes domínios sociais (alocamento de uma língua a um determinado domínio social), acarretam mudanças na gramática, na fonologia, na morfologia, no vocabulário, padrões discursivos, estilo (principalmente os mais formais), havendo uma espécie de simplificação, obsolescência da complexidade da língua (Dorian, 1989), que afasta as gerações mais velhas das mais novas. Isso

pode ser observado, por exemplo, na transmissão dos mitos e rituais, domínios sociais aos quais são alocados as línguas indígenas, que deixados de ser usados, também deixam de passar às gerações mais novas os estilos mais formais da língua. A *mudança no ecossistema* também tem sido apontada como uma das causadoras de mudanças abruptas nas línguas (diferentes das mudanças naturais que todas as línguas e culturas sofrem, pois nenhuma das duas é estática, congelada), pois uma vez mudado o ambiente muitos dos conhecimentos sobre fauna, flora, cosmologia etc. podem ser perdidos e como estão intrinsecamente marcados nas línguas, através dos seus sistemas de classificação e categorização, das relações íntimas entre práticas discursivas e práticas culturais, também se perdem. Nesse processo de mudança e deslocamento os *empréstimos* começam a passar massivamente da língua dominante para a indígena sem passar pelo filtro da língua (quando os falantes ou os criam através da própria língua ou os adaptam à sua fonologia e morfologia), acabando por ocasionar *alternâncias de línguas* (no mesmo enunciado ou entre enunciados, intra e interpessoais) que não se justificam a partir das atuais teorias sociolingüísticas, obscurecendo a língua que está sendo falada. Em seus estágios finais a língua que está morrendo começa a utilizar palavras emprestadas que existem em sua própria língua (Nettle e Romaine, 2000).

Portanto, são várias as razões que levam uma língua à sua perda e nenhuma delas me parece ser estritamente lingüística.

Então, pode-se perguntar, por que manter essas línguas vivas?

Vários autores nos dão essa resposta.

Os argumentos mostrando a significação da perda dessas línguas são contundentes: (i) a constatação dessas línguas como espécies humanas, as quais, uma vez perdidas levam com elas a diversidade cultural e intelectual da humanidade (Hale, 1992, 1998; Krauss, 1992, 1996); (ii) o rompimento da transmissão da herança cultural que se dá principalmente através da língua (Crystal, 2000); (iii) a perda de um melhor entendimento da capacidade humana de produzir línguas (Rodrigues, 1993); (iv) a eliminação da complexidade lingüística, juntamente com o que é culturalmente distintivo, único e singular para cada povo (Nettle e Romaine, 2000; Dorian, 1989); (v) a perda das chaves para a sobrevivência psicológica, social e física, pois a língua é forte marca de identidade cultural (Reyhner, 1996) e, o argumento talvez mais forte, (vi) o de que a perda de uma língua significa a “morte” de um povo (Albó, 1988, 1999), o que interpreto como a perda do “espírito” desse povo (veja Braggio, 2001, para uma visão mais ampla sobre o assunto).

Nesse cenário, de argumentos positivos, contrapondo-se à forças negativas, que pretendem aniquilar a diferença, a alteridade, o singular, a maioria desses autores e estudiosos de história, geopolítica, economia, afirmam que os povos minoritários, sozinhos, não serão capazes de resistir ao que vem sendo chamado de “revolução digital”, com impacto muito mais forte e muito mais amplo do que a “revolução industrial”. É nesse sentido, que muitos lingüistas, entre eles o brasileiro Gilvan Müller (2001), têm alertado para o nosso papel junto aos povos indígenas, o de estabelecer com eles “alianças colaborativas”, ou como eu diria “dar-nos as mãos sem arrancar-lhes o espírito”. Portanto, cabe a nós, lingüistas, o que um etnógrafo iniciante sabe, muito bem, de antemão: retornar às comunidades indígenas o que nela pesquisamos, sob as formas que nos são possíveis, a fim de que fiquem mais fortalecidas e não ouçamos mais as declarações de muitos povos indígenas “de que fulano veio aqui, pesquisou, prometeu retorno e nunca mais voltou”. Os povos indígenas estão fartos. Segundo Andrew Gray

(1995) as pesquisas sobre biodiversidade, quase nunca chegam às suas mãos, enchendo os bolsos de “seres alienígenas” que se apropriam dos conhecimentos indígenas como se fossem propriedades suas.

É tarefa primordial da lingüística, e isto é dito desde 1966 por Aryon Rodrigues, a documentação (análise e descrição) das línguas indígenas. Todavia, embora o cenário de estudos das línguas indígenas tenha melhorado, Lucy Seki (1999) tem apontado que são muito poucas ainda as universidades trabalhando com línguas indígenas e Bruna Franchetto (2000) aponta que muitos dos estudos estão incompletos, além do fato de que há conforme Leo Wetzels, “donos de língua”, e do

meu ponto de vista “dos **meus** índios” que guardam a sete chaves os seus estudos, não os difundindo nem para os próprios indígenas, seus verdadeiros donos, nem muito menos para outros pesquisadores, o que leva os povos indígenas a dizerem “só fulano sabe a nossa língua”. Isto ficou claro na minha participação no início do Curso de Capacitação dos Professores Indígenas do Estado do Tocantins, que não sabiam como escrever um texto em sua língua, só palavras e sentenças isoladas, quando o sabiam, e que arduamente e **coletivamente**, passaram a elaborar seus próprios textos (Braggio, 2000). Gramáticas descritivas e de usos das línguas, quase nunca chegam às suas mãos. Chegam, sim, salvo exceções, é claro, dicionários de péssima qualidade (ou melhor, listas de palavras totalmente descontextualizadas), cartilhas abomináveis do ponto de vista cultural e sociopsicolingüístico, e ortografias elaboradas sem a participação dos falantes indígenas . Este é o retorno do “donos das línguas” e “dos **seus** povos indígenas”.

De meu ponto de vista, outra tarefa primordial da lingüística é o estudo da situação sociolingüística, pois uma língua aparentemente vitalizada, pode estar morrendo, sem que disso nos apercebamos. Mais recentemente, Tipologias Sociolingüísticas têm sido criadas para detectar os pontos mais frágeis de uma língua em perigo de extinção abarcando macro e microvariáveis, desde a história do contato, destacando-se a de Edwards (1992) e Grenoble & Whaley (1998), e têm ajudado sobremaneira em projetos de vitalização e revitalização de línguas em extinção em todo o mundo.

A lingüística histórico- comparativa, as tipologias lingüísticas, aquisição de segunda língua oral e escrita e outros estudos são também de vital importância.

A educação escolar indígena pode ser uma forma, também, de atuação dos lingüistas, pois quem entende, ou deveria entender, de bilingüismo, aquisição de segunda língua, aquisição da língua escrita na língua nativa e português, áreas de grande complexidade, é o lingüista. O pedagogo entende de métodos prontos e acabados. O lingüista, além dos processos cognitivos da leitura e escrita, tem capacidade para tratar com os aspectos sociais, culturais e ideológicos que a instauração da escrita causa em uma comunidade indígena. Nessa área são imprescindíveis as parcerias de lingüistas com linguistas e destes com antropólogos, historiadores, geógrafos, matemáticos, etnólogos, arqueólogos, e, claro, com as comunidades indígenas, os principais atores desse cenário, se pretende-se partir da sistematização do conhecimento indígena, para com base nele, introduzir-se o conhecimento ocidental, de maneira a minimizar os conflitos entre visões de mundo diversificadas, em um real processo de interculturalidade em que há trocas de conhecimento, sem desprestigiar o conhecimento indígena, mas, ao contrário, sistematizá-lo e trazê-lo à luz, valorizá-lo, uma adição desse conhecimento à educação escolar, seu princípio e não sua substituição. Ken Hale, um dos mais importantes lingüistas indigenistas do século 20, em sua luta pelos povos indígenas, não deixou de dar sua contribuição à essa área, aprofundando seus estudos sobre os tipos de programas bilíngües para os povos indígenas, o que pode ser lido em seu livro com Leanne Hinton, *The Green Book of Language Revitalization In Practice* (2001). Todavia, no Brasil, essa é uma área bastante movediça para o lingüista trabalhar, pois os tais interesses políticos, econômicos e ideológicos, estão sempre em jogo, digladiando-se, ou como afirma Francisco de Oliveira, sociólogo e intelectual orgânico, as chamadas “forças ocultas”, pois “elas [as forças ocultas] não são forças ocultas, elas estão estampadas nos vários meios pelos quais podemos reconhecer os autores que disputam o controle da situação” (www.cimi.org.br), inviabilizando projetos, não os executando por falta de vontade política, destinando poucos, ínfimos recursos para a educação escolar indígena como assume Grupioni (1994) e, mais recentemente, em alguns locais, a exemplo do que vem ocorrendo nos Estados Unidos com o movimento “English Only”/Somente Inglês, a abolição da educação bilíngüe, que nos Estados Unidos, além dos povos indígenas, inclui principalmente os hispânicos, ou melhor, latinos, recente denominação mais depreciativa ainda para todos os que não são anglos, incluindo o México, país da América do Norte e o resto das Américas. Americano é adjetivo exclusivo somente do branco, do anglo-saxão, do protestante nos Estados Unidos. No Brasil, o movimento um povo/uma língua, vem tendo seus adeptos que afirmam que

“índio tem que aprender mesmo é só Português”, ou seja, o movimento Somente Português. A luta nessa arena é cotidiana e o que trabalham com educação escolar indígena, em face desses conflitos, acabam por sentir-se desestimulados, traídos mesmos, pois se um programa parece não dar certo (avaliação que ainda não foi feita no Brasil), a culpa cai sempre sobre eles, sendo caluniados, chamados, no mínimo, de incompetentes, por não ter, por exemplo, elaborado, a toque de caixa, uma “daquelas” cartilhas na língua, para mostrar o **produto** dos recursos financeiros investidos. Não há a mínima compreensão do longo **processo** do estudo de uma língua, da aquisição da escrita e de sua instauração em uma comunidade indígena de tradição oral; nem dos conflitos que podem ser gerados, como indicou a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, em artigo na Folha de São Paulo. Não se trata especificamente, é claro, da introdução da língua escrita em uma comunidade, mas de quem tem mais poder para instaurá-la e como, causando conflitos apontados por Yonne Leite, no fim do anos 90, e constatado por mim em uma comunidade sob meu estudo, rupturas entre os que sabem ler e escrever e os caciques que não sabem, provocando uma divisão da comunidade em escolher como cacique entre o professor e aquele que de direito deveria sê-lo (Braggio, 2000). Felizmente, tem havido resistência e lingüistas, etnomatemáticos, etnohistoriadores etc., só não desistem porque os povos indígenas sabendo “quem é quem”, têm-lhes dado as mãos. A leitura e a escrita demoraram séculos para instaurar-se e sedimentar-se, para que sejamos considerados hoje, letrados. Todos letrados? Não, 65% dos brasileiros não sabem ler um simples texto, os chamados analfabetos funcionais e, mais recentemente analfabetos digitais. Então, por que se quer que as comunidades indígenas adquiram e usem a língua escrita da noite para o dia? Aliás, deixo aqui uma pergunta: se não fossem os professores das universidades públicas brasileiras e os conhecimentos que possuem e transmitem, quem estaria atuando nos cursos de formação dos professores indígenas? Quem poderia dar, por exemplo, o conhecimento gerado por humanistas brasileiros, como eu os denomino, a nós, formadores de professores indígenas, como Joaquim Mattoso da Câmara Jr., Antonio Cândido, Milton Santos, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, Roque Laraya, Paulo Freire, Yonne Leite, Manuela Carneiro da Cunha, Aryon Rodrigues, Eduardo Sebastiani, Aracy Lopes da Silva e Carlos Arguelo, entre tantos outros? A maioria de nós lingüistas, tem bebido dessas fontes.

Mas vejamos o que ainda falta para os povos indígenas: demarcação, homologação e registro de muitas terras indígenas que, mesmo demarcadas, vivem sendo invadidas por posseiros, madeireiros, mineiros, fazendeiros, estradas federais e estaduais que as cortam, hidrelétricas e hidrovias que as invadem, rios poluídos por mercúrio e agrotóxicos, queimadas que alteram drasticamente o ecossistema, portanto, o modo e meio de vida desses povos, suas culturas e suas línguas; faltam medidas e instrumentos de preservação dessas terras; precisa-se de políticas indigenistas em face do mundo de hoje, da aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, substituindo o já caduco Estatuto do Índio de 1973, principalmente no que diz respeito à tutela, de ações de desenvolvimento sustentável coordenadas pelos próprios povos indígenas, baseadas no seu *modus vivendi* e que para eles revertam, e não os projetos faraônicos da época do regime militar, de estados com vontade política para realmente assumir uma educação escolar indígena de qualidade, não só com recursos, mas entendendo-a como processo e não como produto, de universidades públicas que tenham em seus quadros lingüistas, antropólogos, historiadores etc., que se ocupem das questões indígenas, que se abram espaço para esses profissionais a fim de trabalharem colaborativamente. Os povos indígenas devem ter assegurado o direito de ter qualidade e dignidade de vida, a fim de desobrigá-los de irem viver nas periferias das cidades, locais em que são marginalizados, discriminados, explorados. Exilados em sua própria pátria.

Enfim, mais, muito mais.

Por mais otimista que eu pudesse ser, não acredito em medidas a curto prazo e apenas no papel, mas reais, duradouras e significativas, e para terminar volto à metáfora do arco.

Voltando à metáfora da construção da ponte, arrisco-me a descrever a vocês a “cidade invível”, que eu vi, dos povos indígenas em uma terra chamada Brasil.

É dia. Na entrada da cidade há um grande grupo de indígenas construindo um arco de pedras. São muitos, semelhantes, mas diferentes uns dos outros, cada um único, singular, falam muitas e diversas línguas que não conheço, mas parece que apesar da pluralidade de línguas e, certamente, de costumes e visões de mundo, estão integrados e se entendendo, pois senão para que se juntar para construir um arco bem na entrada da cidade? Eu não tinha a menor idéia do porquê de tanto esforço. Trabalham o dia todo e no fim da tarde, com o arco construído, pedra por pedra, vão se banhar, comer, dançar, cantar, amar, dormir. É noite alta. Zanzo por ali, iluminada pela luz das fogueiras acesas embaixo ou ao lado das redes em que dormem.

Achego-me ao arco e o que vejo? Homens-lobos, homens- cordeiros, homens-raposas, homens-cães, homens-asnos, homens-víboras, homens- tubarões, destruindo o arco, pedra por pedra. E aí entendo o porquê. De manhã, lá está o grupo de indígenas reconstruindo o arco, pedra por pedra, braço a braço, mão a mão. Creio que eles estão ali construindo esse arco por mais de 500 anos. Temo que nunca consigam terminá-lo. Os homens-águias estão constantemente à espreita de suas presas. Como diz uma passagem da Bíblia, “Os abutres estão à espera de seus cadáveres”.

Referências Bibliográficas

ADELAAR, Williem F. H. (1991). The endangered languages problem: South America. *Em Robins & Uhlenbeck (eds.)*. Oxford: Berg. pgs.45-92.

_____. 1998. The endangered situation of native languages in South America. *Em Matsumara (ed.)*. Tokyo: Hituzi Syobo. pgs.1-15.

ALBÓ, Xavier. 1988. El futuro de los idiomas oprimidos. *Em Orlandi (ed.)*. Campinas, SP: Pontes. pgs.75-104.

_____. 1999. Desafíos de la Bolivia plurilingüe. *Em Herzfeld&Lastra (orgs.)*. Sonora, MX: Universidad de Sonora. pgs.223-243.

AVILA, Raul. 1999. La comunicación masiva y las lenguas en la aldea global. *Em Herzfeld & Lastra (orgs.)*. Sonora, MX: Universidad de Sonora. pgs.277-293.

BRAGGIO, Silvia L.B. 2000. A instauração da escrita entre os Xerente: conflitos e resistências. *Revista do Museu Antropológico*. v.3/4. n.1. pgs.19-42.

_____. 2001. Línguas indígenas brasileiras ameaçadas de extinção. *Revista do Museu Antropológico*. v.5/6. n.1. pgs.9-54.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto A. 1978. *A sociologia do Brasil indígena*. Brasília: Ed. da Unb.

COELHO dos SANTOS, Silvio. 1995. Os direitos indígenas no Brasil. *Em Lopes da Silva & Grupioni (eds.)*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. pgs.87-105.

CRYSTAL, David. 2000. *Language Death*. Cambridge: Cambridge University Press.

CUARÓN, Beatriz G. (org.). 2000. *Políticas lingüísticas en México*. México: La Jornada Ediciones.

CUARÓN, Beatriz G. e Yolanda Lastra .1991. Endangered languages in Mexico. *Em Robins&Uhlenbeck (eds.)*. Oxford: Berg. pgs.93-134.

DORIAN, Nancy C.(ed.). 1989. Investigating obsolescence. *Studies in language contraction and death*. Cambridge: Cambridge University Press.

EDWARDS, John. 1992. Sociopolitical aspects of language maintenance and loss: towards a typology of minority language situations. *Em Willem Fase, K. Jaspaert, and S. Kroon (eds.)*. *Maintenance and loss of minority languages*. Amsterdam: Benjamins. pgs.37-54.

FISHMAN, Joshua. 2000. (ed.). *Can threatened languages be saved?* Clevedon: Multilingual Matters.

FRANCHETTO, Bruna. 2000. O conhecimento científico das línguas indígenas no Brasil. *Em Queixalós & Renault- Lescure (orgs.)*. São Paulo: IRD. ISA. MPEG/CNPq.

- GRAY, Andrew. 1995. O impacto da conservação da biodiversidade sobre os povos indígenas. Em *Lopes da Silva & Grupioni. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. pgs.109-124.*
- GRENOBLE, Lenore A. & Lindsay J. Whaley. (eds.). 1998. *Endangered languages.* Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1998. Toward a typology of language endangerment. Em *Grenoble & Whaley (eds.). Cambridge: Cambridge University Press. pgs.22-54.*
- GRUPIONI, Luiz D. B. (org.). 1994. *Índios no Brasil.* Brasília: MEC.
- HALE, KEN. 1992. On endangered languages and the safeguarding of diversity. *Language.* 68. pgs.1-3.
- _____. 1992. Language endangerment and the human value of linguistic diversity. *Language.* 68. pgs.35-42.
- _____. 1998. On endangered languages and the importance of linguistic diversity. Em *Grenoble & Whaley (eds.). Cambridge: Cambridge University Press. pgs.192-216.*
- _____. 2001. Linguistic aspects of language teaching and learning in immersion contexts. Em *Hinton & Hale (eds.). New York: Academic Press. pgs.227-235.*
- HARE, Cecilia. 1999. Por un nuevo estado, pluricultural y plurilingüe. Em *Herzfeld & Lastra (orgs.). Sonora, MX: Universidad de Sonora. pgs.295-303.*
- HERZFELD, Anita e Yolanda Lastra (orgs.). 1999. *Las causas sociales de la desaparición y de mantenimiento de las lenguas en las naciones de América.* Sonora, MX: Universidad de Sonora.
- HINTON, Leanne e Ken Hale (eds.). 2001. *The green book of language revitalization in practice.* New York: Academic Press.
- KRAUSS, Michael. 1992. The world's languages in crisis. *Language.* 68. pgs.4-10.
- _____. 1996. Status of Native American language endangerment. Em *Gina Cantoni (ed.). Flagstaff: Center for Excellence in Education, Northern Arizona University.*
- LOPES da SILVA, Aracy e Luiz D.B. Grupioni. 1995. *A temática indígena na escola.* Brasília: MEC/UNESCO/MARI.
- MATSUMARA, Kazuto. (ed.). 1998. *Studies in endangered languages.* Tokyo: Hituzi Syobo.
- McLAUGHLIN, Daniel e T. Lee. 2001. Reversing Navajo Language Shift, Revisited. Em *Joshua Fishman, (ed.). 2001. pgs.23-43.*
- MÜLLER, Gilvan. 2001. A língua entre os dentes. Entrevista ao Caderno Temático-Jornal da Unicamp. Ano XV. N.165. pgs.4-5.
- NETTLE, Daniel e Suzanne Romaine. 2000. *Vanishing Voices. The extinction of the world's languages.* Oxford: Oxford University Press.
- ORLANDI, Eni P. (ed.). 1988. *Política lingüística na América Latina.* Campinas, SP: Pontes.
- QUEIXALÓS, Francisco e Odile Renault-Lescure (orgs.). 2000. *As línguas amazônicas hoje.* São Paulo: IRD. ISA. MPEG/CNPq.
- REYHNER, Jon. 1996. Rationale and Needs for Stabilizing Indigenous Languages. Em *Gina Cantoni (ed.). Center for Excellence in Education. Flagstaff: Northern Arizona University.*
- RICARDO, Carlos A. (org.) 2001. *Índios no Brasil 1996-2000.* SP: ISA.
- ROBINS, Robert e Eugenius Uhlenbeck. (eds.). 1991. *Endangered languages.* Oxford: Berg.
- RODRIGUES, Aryon D. 1993. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.* 9. pgs.83-103.
- _____. 1993. Endangered languages in Brazil. Artigo apresentado no *Symposium on Endangered Languages of South America.* Rijkis Universiteit Leiden: Holanda.
- SEKI, Lucy. 1984. Problemas do estudo de uma língua em extinção. *Boletim da Abralin.* 6. pgs.109-118.
- _____. 1999. A lingüística indígena no Brasil. *Lingüística.* Ano 11. Publicação da ALFAL. pgs.273-362.
- UNESCO. Informe sobre las lenguas del mundo. 2000. 6 pgs. www.unesco.org